

AS ARTES CÊNICAS ENQUANTO CUIDADO PSICOSSOCIAL NA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA

The performing arts as psychosocial care in the deinstitutionalization of
madness

Jhenifer da Costa Santiago Couto

Centro Universitário Salesiano.

Resumo: O presente trabalho fomentou investigações acerca das artes cênicas como produção estética interventiva no campo subjetivo, assim, como as artes cênicas atravessam o cuidado psicossocial no processo de desinstitucionalização da loucura? Compreender o percurso histórico da arte como instrumento de intervenção da loucura; conhecer a interlocução das artes cênicas enquanto cuidado psicossocial, analisamos o percurso histórico da arte como instrumento de intervenção da loucura, através de uma metodologia de pesquisa bibliográfica junto aos artigos publicados no *Scielo*, *Google Acadêmico* e *Pepisc*. No recorte de produções de 2000 a 2020, e sob uma estratégia do uso da arqueologia e da cartografia, na possibilidade de configurar caminhos e percursos singulares sob a ótica do cuidado. Viu-se que mesmo diante aos movimentos políticos da atualidade contra a reforma psiquiátrica, os modos de cuidar subsistem na construção de alternativas e possibilidades ao sujeito, criando contorno de um corpo que transborda.

Palavras chaves: Artes Cênicas, Loucura, Pesquisa Bibliográfica.

Abstract: The present work promoted investigations about performing arts as an intervening aesthetic production in the subjective field, thus, how do performing arts cross the psychosocial care in the process of deinstitutionalization of madness? To understand the historical course of art as a tool for intervention in madness; to know the interlocution of performing arts as psychosocial care, we analyzed the historical course of art as a tool for intervention in madness, through a bibliographic research methodology with articles published in *Scielo*, *Google Acadêmico*, and *Pepisc*. In the cutout of productions from 2000 to 2020, and under a strategy of the use of archeology and cartography, in the possibility of configuring unique paths and routes from the point of view of care. It was seen that even in the face of current political movements against psychiatric reform, the ways of caring subsist in the construction of alternatives and possibilities to the subject, creating an outline of a body that overflows.

Keywords: Performing Arts, Madness, Bibliographical research.

Introdução

“Todas as artes contribuem para a maior de todas as artes, a arte de viver”

(Bertold Brecht)

A saúde mental é uma área que trabalha as questões da saúde, a partir do momento que hoje é contornado pelo cuidado do transtorno mental. Lógica essa que amarra suas entrelinhas com a história da loucura.

Foucault (2007), na obra *História da Loucura*, apresenta os discursos e suas configurações do que é ser louco ao longo de certo recorte histórico, em que a relação de poder sobressai para aquele que permeia a margem da sociedade. Para o autor, no fim da Idade Média e na Renascença europeia, a loucura era vista por uma expressão do sujeito, por vezes associada ao sobrenatural. Depois, a loucura passa a ser vista como oposta à razão. “A loucura torna-se uma forma relativa à razão ou, melhor, a loucura e razão entram numa relação eternamente reversível, que faz com que toda loucura tenha sua razão que julga e controla” (FOUCAULT, 2007, p.35).

Assim, a loucura no classicismo se deu em um contexto assistencial que gera o enclausuramento pelas forças da relação de poder, em que pobres, mulheres, viúvas, ou seja, todos que estavam à margem do social, eram enclausurados, e permaneciam sem expectativa de saída, fazendo da internação o modelo privilegiado de “tratamento”. Foi apenas em 13 de maio de 1978 na Itália, através da conhecida Lei Basaglia que ocorreu uma mudança institucional e assistencial significativa neste cenário: o encerramento dos manicômios. Com tal mudança, os internados voltariam para o vínculo social, e para a relação com os direitos humanos e sociais protetivos (SERAPIONI, 2019).

Amarante (p.19, 2007), importante autor brasileiro, definiria que na fase hospitalocêntrica, “[...] “trabalhar na saúde mental” era o mesmo que trabalhar em hospícios, em manicômios, em ambulatórios e emergências de crise psiquiátrica. Era trabalhar com loucos agressivos, em ambientes carcerários, desumanos [...]”.

No entanto, saúde mental não se reduz ao estudo dos transtornos mentais e psicopatológicos. Este campo de conhecimento e de novas práticas sanitárias pretendem compreender a lógica de saúde não como dualista, em que a saúde seria ausência ou presença de algo. Saúde Mental é entender o sofrimento e sua implicação para cada sujeito, de modo a criar um contorno para aquilo que transborda as existências humanas.

No Brasil, a lógica da luta antimanicomial consistiu em diversos desafios diante seus percursos higienistas, para que apenas no início da década de 1980, fosse possível configurar o Movimento da Reforma Psiquiátrica propriamente dito. Sobre o Movimento no Brasil, indica-se:

O MLA lançou o slogan “por uma sociedade sem manicômios” e instituiu estrategicamente no dia 18 de maio como dia nacional da luta antimanicomial, em que são realizados eventos por todo o país, reunindo atividades culturais, acadêmicas [...] com a participação dos diferentes atores sociais, com o intuito de envolver a sociedade na difusão sobre a reforma psiquiátrica e provocar o imaginário social e refletir sobre o tema da loucura e seu universo (CALICCHIO, 2007, p.15).

Com a trajetória antimanicomial e fortalecendo, alguns modelos assistenciais foram se estruturando no território brasileiro. Nesse contexto, diversas formas eram desenvolvidas para olhar a loucura e seus possíveis modos de cuidar, diferenciando-se em relação à lógica onde tratar significava o enclausuramento. Essa trajetória intervém no cuidado institucionalizado e modifica os tratamentos não-humanizados e centralizados nos estabelecimentos de hospitais manicomiais, produzindo a reforma psiquiátrica brasileira (SAMPAIO; BISPO, 2021). Assim:

Por reforma psiquiátrica entende-se um processo social e complexo, denominado de desinstitucionalização, que, partindo de uma crítica profunda sobre a instituição psiquiátrica e sobre as práticas, saberes e valores que a sustentam e legitimam, busca transformar radicalmente a relação historicamente construída entre a sociedade e a loucura e reconhecer um novo “lugar social” para as pessoas em sofrimento mental (CALICCHIO, 2007, p.16).

A reforma psiquiátrica brasileira teria o seu marco, a partir da Lei 10.216/2001, conhecida como a Lei Paulo Delgado (BRASIL, 2001). No entanto, desde a década de 1980, já vinha sendo estabelecidos movimentos para fortalecer o percurso da Reforma. Como indicado, a Reforma Psiquiátrica Brasileira tem como característica a desinstitucionalização, a partir do rompimento continuado dos movimentos manicomiais, para que assim sejam estabelecidas outras formas de cuidado além do “prender para tratar”.

O que não é dito demarca a história da luta antimanicomial, que por vezes tem a sua trajetória de impasses e contradições diante a padronização dos comportamentos, que se percebe ainda na contemporaneidade. Desse modo, consiste em desafio o processo de desinstitucionalizar os “modos de cuidar”, temática que, muitas vezes, remete ao estabelecimento de um padrão ou um parâmetro de normalidade, onde o procedimento clínico do diagnóstico torna-se maior que o interesse no sujeito e na subjetivação.

É importante contextualizar ainda que, a partir da década de 1990, de maneira crescente até nossos dias, diversos equipamentos de saúde no território foram formulados, sendo articulados com uma ampla rede de assistência e cuidado: CAPS, Centro de Convivência, Serviço Residencial Terapêutico, Ações de Trabalho e Geração de Renda, etc. (BRASIL, 2007). Outro marco recente para a Política de Saúde Mental e para o Movimento da Luta Antimanicomial foi estabelecido pela Portaria 3.088, com a criação da RAPS (BRASIL, 2011).

A RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) tem significativa importância, pois, dentre outros motes, estabelece diretrizes da política nacional da saúde na busca de consolidar um modelo de atenção em Saúde Mental na atenção básica comunitária. A Rede de Atenção Psicossocial tem o objetivo, portanto, de garantir a circulação das pessoas com transtornos mentais nos territórios e comunidades, podendo assim, cada usuário construir um itinerário terapêutico inclusivo, realizar suas atividades em um processo mais amplo de participação e cidadania (BRASIL, 2011).

A RAPS também, com seu conjunto de equipamentos sociais e sanitários, é destinada às pessoas em sofrimento psíquico e/ou transtornos mentais, podendo também ser vinculados ao uso do crack, álcool e outras drogas. A proposta da RAPS tem, portanto, o objetivo de oferecer subsídio normativo para ampliar e promover o acesso dos usuários aos diferentes e amplificados equipamentos comunitários de cuidado, possibilitando uma garantia de atenção e acompanhamento ao sujeito, sua família e comunidade (BRASIL, 2011).

Como se observa, o campo da Saúde Mental afirma uma experiência essencialmente intersetorial e interdisciplinar. Neste bojo, no presente artigo, tentaremos localizar a temática específica do encontro com as artes, mais especificamente o encontro da Saúde Mental brasileira com as *artes cênicas*. Nosso interesse é pensar como esta vinculação

tem comparecido nos modos de cuidar, se presentificando nos aportes de cuidado dos serviços e nos referenciais teórico e técnicos dos profissionais. Assim, nos colocamos a refletir um pouco mais sobre as aproximações da arte com o campo da Saúde Mental.

Baydoun e Cedaro (2020) possibilitam argumentar tal interesse de pesquisa:

A história da saúde mental brasileira é perpassada por conspícuas e inúmeras experiências nas quais se promoveu a expressão artística dos ditos loucos, e/ou pessoas com sofrimento psíquico através da pintura, teatro, música entre outros (p.108).

A arte enquanto produção estética-política tem sido discutida em vários momentos da história ocidental, destaque para o nascimento da psicanálise, quando o próprio Freud tentava relacionar os seus conceitos com o campo da arte, como por exemplo na tentativa de compreender os processos criativos e suas relações com o inconsciente (BRITO, 2013).

Em 1920, as experiências com a arte se apresentam no hospital psiquiátrico, a partir do trabalho de Osório César, psiquiatra e músico. Este trabalho consistiu na ideia de demonstrar a semelhança das expressões dos internos do hospital com o movimento modernista (CALICCHIO, 2007). Osório César, em seu entendimento já naquela década, também defendia ser necessário a arte como um processo de busca de alternativas terapêuticas além do que o hospital oferecia (LIMA; PELBART, 2007).

Em 1940, na experiência da psiquiatra Nise da Silveira, as obras artísticas dos internos encontrariam tanto um cunho terapêutico de inspiração Junguiana, como também a possibilidade de transformação social, já que a prática clínica daquela época consistia em choques e lobotomias (CALICCHIO, 2007). De acordo com Lima e Pelbart (2007, p.723): “Nise afirmava que as atividades desenvolvidas permitiam, graças a livre expressão, acesso mais fácil ao mundo interno do esquizofrênico”.

Entendemos que, nestas iniciativas, existe uma aposta de que a arte expressa sentimentos, emoções, ideias e conflitos presentes na constituição dos sujeitos em situação de transtorno mental. Desse modo, é interesse da psicologia escutar essas expressões enquanto formas de produzir subjetividade. Além disso, pesquisar a relação da arte com a loucura possibilita uma nova discussão entre o patológico e o normal. No que tange ao processo de desinstitucionalizar a loucura, a arte possibilita ainda novos modos de

perspectivar e estabelecer o cuidado. A criação de diferentes formas de conviver com a diferença.

Na Reforma Psiquiátrica, caberia indagar a presença das artes cênicas enquanto potencialidade que expressa transformação no sujeito, assunto esse que interessa ao campo da psicologia. Na ótica de uma abordagem histórica, almejamos neste trabalho contracenar temáticas que se aproximam dos processos de subjetividade vinculadas às artes cênicas na saúde mental. Uma pesquisa com interesse de fomentar discussões acerca da arte como produção estética interventiva no campo subjetivo. Diálogo com a saúde mental e o campo das artes cênicas, com o objetivo específico de analisar o percurso histórico da arte como instrumento de intervenção da loucura.

Dito de outra maneira, o presente estudo pretende demonstrar a interlocução das artes cênicas e a transformação subjetiva no paradigma de cuidado psicossocial, conhecendo e identificando como se dá o trabalho na saúde mental através da arte na contemporaneidade da Política de Saúde Mental brasileira.

Para isso, no desdobramento do presente artigo, recorreremos a uma pesquisa histórica bibliográfica, fazendo um corte na publicação de artigos acadêmico-científicos publicados no início do século XXI. Neste recorte iremos visitar artigos publicados no período de 2000 a 2020, indexados em bases como: Scielo, Google acadêmico e Pepisc. O estudo possibilitou uma aproximação no sentido de analisar o processo do cuidado em Saúde Mental, tomando a arte enquanto recurso, mediação e aposta terapêutica, função que possibilita novas invenções do sujeito.

Lançamos aqui a questão inicial: no cenário brasileiro do cuidado na Rede de Atenção Psicossocial, como as artes cênicas presentificam tanto a produção de subjetividade, quanto o processo de desinstitucionalização da loucura?

Antes de tudo, é necessário lembrar que, segundo Valerim (2011), destaca a relação que a arte pode desenvolver:

A arte é uma produção que utiliza recursos imaginários e simbólicos para abordar o real. Sem pretender velá-lo nem domá-lo, mas sim, trazê-lo à cena, dar a ele um contorno possível que permita a sua aparição. Uma obra de arte é uma forma singular, única, expressão desse real, que comunica de alguma forma, porque toca nesse real comum a todos real para o qual não há uma resposta acabada para os seus enigmas. Nem nunca haverá (p.4).

Percursos da pesquisa

Na ótica de uma relação entre as artes cênicas e a loucura, já se afirmou que a pesquisa almeja contracenar temáticas que se aproximam dos processos de subjetividade vinculados às artes cênicas, presentes nas práticas no campo da Saúde Mental.

A pesquisa bibliográfica realizada nesta pesquisa permite o aprofundamento das temáticas perante o recorte teórico-metodológico da pesquisa. Segundo Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Todavia, nesta pesquisa se apresentará relações quantitativos-qualitativas do material trabalhado e que acompanham os processos sutis do movimento cartográfico do pesquisador (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Desse modo, a pesquisa possibilitou alcançar uma mediação histórica entre as artes cênicas e a saúde mental no contexto político-histórico e assistencial brasileiro. A pesquisa histórica possibilita a entrada de vários aspectos vinculados ao discurso encontrado, para compreender as configurações que foram estabelecidas na relação entre as Artes Cênicas e a Saúde Mental. Ao identificar os artigos publicados, investigamos as relações entre estes dois campos, afirmando a “[...] pesquisa histórica por compreender que não é em qualquer configuração sociocultural que o universo da arte se compõe com o universo da clínica” (LIMA; PELBART, p.712, 2007).

Portanto, esta é uma pesquisa de cunho exploratório, uma vez que possibilita explorar assuntos que ainda não estão sendo explorados, construindo assim, hipóteses e entendimentos (GIL, 2002). Os métodos que foram utilizados para gerar a pesquisa como um percurso consistem no horizonte cartográfico de Virgínia Kastrup (2009) e na arqueologia de Michael Foucault (2008).

A arqueologia é um método de história que restabelece a relação do início e do fim considerando os entornos que diferenciam os acontecimentos daquele desenvolvimento linear, que um tipo prevalente de história tem a dizer. Diante disso, o método da pesquisa bibliográfica se põe a tratar como a história se articula e busca sua transformação, uma vez que é de interesse da arqueologia o modo de produção dos discursos.

A escolha do uso da arqueologia permite entender também que o processo da pesquisa não se dá por compreender o momento da pesquisa histórica, mas o entendimento do

limiar dos discursos que atravessam a história. Seu objetivo é descrever o discurso (AZEVEDO; RAMOS, 2003). Assim, com o trabalho com os discursos, a arqueologia não está interessada nas representações, seja ela qual for, mas sim, assume os discursos sem interpretações, visto que a arqueologia é o próprio discurso (FOUCAULT, 2008).

Dito de outra maneira, “a arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Preocupa-se em definir os discursos em sua especificidade [...]” (AZEVEDO; RAMOS, 2003, p.288).

A amostra da pesquisa consistiu no levantamento de artigos científicos publicados no *Google Acadêmico*, *Pepisc*, *Scielo*, produzidos desde o ano 2000 até 2020. Como procedimento metodológico na primeira seleção dos artigos usamos *conjunto de palavras-chave* disparadoras da busca, tais como: loucura, arte, artes cênicas, psicanálise, cartografia, dança, teatro.

A partir disso, foram realizadas várias combinações entre essas palavras, com vistas a ampliar a localização das publicações.

Na tabela a seguir, o leitor pode acompanhar o quadro ilustrativo da primeira busca bibliográfica realizada por palavras-chave:

Tabela 1: Combinações de palavras-chave

Loucura, Arte e Psicanálise Cartografia, Artes Cênicas e Loucura Loucura e Teatro Saúde Mental e Artes Cênicas Loucura e Dança
--

Fonte: Elaborada por autor

O procedimento metodológico a seguir foi o de leitura prévia do resumo dos artigos e suas referências, gerando uma primeira contextualização histórica das publicações encontradas. Assim, o primeiro momento da leitura de reconhecimento, permitiu o encontro do artigo com o pesquisador, para uma primeira identificação que se trata da presença discursiva de diferenciação das artes em geral ou das artes cênicas como aporte das práticas em Saúde Mental.

No segundo momento, foi possível o desdobramento da pesquisa, especificando as relações da Saúde Mental com procedimentos teatrais, dança ou performáticos, compreendendo o campo das artes cênicas.

O que garantiu um percurso metodológico mais fluído e menos burocrático do recorte histórico das publicações foi o aporte da cartografia. Assim, “a cartografia como método é o traçado do plano da experiência, acompanhado seus efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção de conhecimento) do próprio percurso da investigação” (PASSOS e BARROS, 2009, p.18). Diante de cada procedimento, e os momentos da criação das estratégias para análise da pesquisa, a cartografia permitiu a leitura exploratória do material específico encontrado, por se tratar de uma pesquisa histórica, processual, e observa as transformações ao longo do caminho.

Na cartografia, Barros e Kastrup (2009), reiteram que, sobre a produção de dados e seu desenvolvimento enquanto processo de pesquisa, a atenção está no “[...] desenvolvimento de práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividade” (p.56). Tomou-se esta postura também para a produção e o acompanhamento de dados da pesquisa bibliográfica, tomada pelo aporte histórico, processual e inventivo. Em frente à primeira dificuldade de encontrar artigos que falavam do corpo performático, foi necessário então criar outras estratégias para o desenvolvimento da produção dos dados. Sendo assim, estabeleceu-se o procedimento da leitura dos resumos.

Durante este percurso, foram encontrados 14 artigos com temáticas mais afeitas às artes cênicas, se organizando da seguinte forma: Scielo (6 artigos), Pepisc (2 artigos) e Google Acadêmico (6 artigos), conforme ilustrativo abaixo.

Tabela 2 - Quantitativo de artigos encontrados que foram publicados no recorte temporal.

ANO	PEPSIC	Google	Scielo
2000-2010	1	2	1
2011-2016	0	1	2
2017-2020	1	3	3
Total	2	6	6

Fonte: Elaborado por autor

A seleção mais focalizada dos artigos possibilitou uma filtragem entre os caminhos que direcionam ao objetivo da pesquisa. Foram eliminados da amostra aquelas publicações que ora não tinham o direcionamento da arte enquanto corpo performático, ora não estando dentro do recorte do campo problemático da pesquisa.

Neste momento entendemos, então, que totalizavam 14 artigos publicados no período de 2000-2020. Compreendendo o enquadre institucional e o tempo hábil para a realização desta pesquisa, foi preciso estabelecer outra estratégia de focalização do material encontrado, a saber, a correlação das temáticas recortadas através dos resumos com o Marco-Legal da Reforma Psiquiátrica brasileira, permitindo a leitura apenas daqueles artigos que tinham a potencialidade de remeter aos momentos assistenciais que se reconfiguram, avançam, retrocedem. Este foi então o processo que permitiu revisitar os artigos e suas publicações enquanto práticas discursivas.

Por fim, em termos metodológicos, é importante considerar que, segundo Azevedo e Ramos (p.288, 2003), a arqueologia: “Não trata o discurso como documento; dirige-se ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento”. No encontro com os artigos selecionados para a discussão, como trabalho realizado com os discursos, não estaremos interessados nas representações, seja ela qual for, mas sim, nos discursos sem interpretações, visto que a arqueologia é o próprio discurso (FOUCAULT, 2008).

Dito de outra maneira, se a arqueologia “[...] não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Preocupa-se em definir os discursos em sua especificidade [...]” (AZEVEDO; RAMOS, 2003, p.288), esta é a base que apoia a forma de apresentação e discussão dos dados, que adotamos a seguir.

Discussão

Em 2001, com a aprovação do marco legal, Lei nº 10.216, foi possível a regulação dos direitos e garantias para pessoas com transtorno mental. Desde então, as transformações da Reforma Psiquiátrica no Brasil, viabilizou a criação de novos serviços e dispositivos de cuidado, inclusive possibilitando o entendimento da arte como um recurso do cuidado psicossocial e enquanto possibilidade de reinvenção do sujeito. Vê-se, na compreensão dos artigos que caracterizaram o movimento da luta antimanicomial, a demarcação das artes cênicas enquanto processo de subjetividades no transtorno mental (BRASIL, 2001).

Dois anos após a Lei da Reforma, Fernandes (2003), fala do teatro de Laban e o desenvolvimento das artes cênicas numa possibilidade de criação, no entanto ainda não demarca uma ação psicossocial nesta discussão. Foi na publicação identificada cinco anos depois que foi encontrado um momento em que às artes cênicas comparecem na discussão a relacionar a loucura e processo de subjetividades, denotando a relação estreita entre o campo psicossocial com o corpo performático. No trabalho de Sander (2008) encontra-se o teatro enquanto dispositivo, demarcando então a experiência do trabalho na saúde mental na construção de potencialidades para que aquele sujeito se reinvente. Não se trata da arte como forma de representação, mas uma nova possibilidade do sujeito se relacionar com o mundo.

Já Liberato e Dimenstein (2009), utilizaram o recurso da dança em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), enquanto estratégias de expressão, numa desconstrução dos modelos psiquiátricos, para novas possibilidades de lidar com a diferença singular de cada sujeito. No mesmo período, Dumoulié (2010), traz o entendimento de Antonin Artaud, no qual o teatro pode ser representado por uma experiência da loucura. Desse modo, o teatro é assumido como uma ferramenta assistencial e do cuidado para uma criação libertadora de uma sociedade que domina.

Um novo marco se estabelece no ano de 2011, a portaria de nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, em que consiste na entrada da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que amplia o entendimento à atenção psicossocial, em diferentes níveis de atuação e estratégias territoriais. (BRASIL, 2011). Como já salientado na introdução deste artigo, a rede de atenção psicossocial permite assegurar o acesso à toda população que necessita do cuidado na saúde mental, no qual, é considerado desde atenção primária até a atenção terciária em relação ao cuidado (SAMPAIO, BISPO, 2021). É importante destacar que se a RAPS possibilitou um novo olhar para o entendimento da política de saúde mental, outras estratégias podem ter permitido dimensionar a saúde mental com as artes. Como afirma Amarante (2021, p.88) na sua publicação mais atual: “Arte-cultura como estratégias de produção de vida, invenção de vida, produção de novas subjetividades, produção de cultura, transformação de cultura, produção de *novos lugares sociais* [...]”.

Não obstante, Pelbart (2013), dois anos após a Portaria da RAPS, traz experiências do teatro com pacientes psiquiátricos, possibilitando outros modos de cuidar, a partir do contexto de representar a vida em um contexto teatral. Também neste demarcador

histórico, Guzzo e Spink (2015), propuseram relacionar a dança contemporânea, de maneira que ela possa ser construída por um viés político, a fim de relacionar a estética enquanto funcionalidade política.

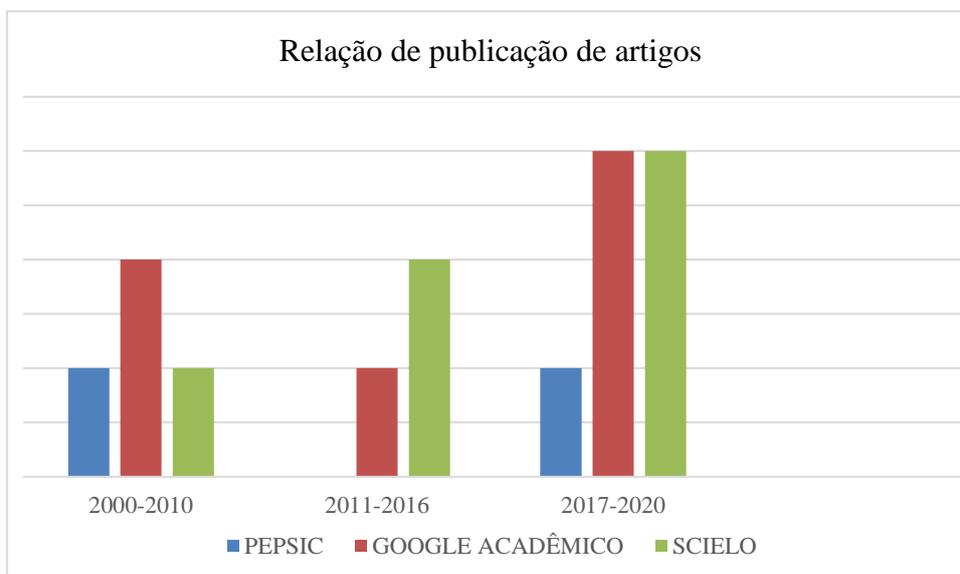
No ano seguinte, Santos, Joca e Souza (2016), relataram a experiência do teatro na saúde mental (CAPS), utilizado sobremaneira na construção de reinventar, problematizar os estigmas da loucura. Cerca de sete anos após se instalar o paradigma da Rede de Atenção Psicossocial, Reis, Liberman e Carvalho (2018) e Verztman (2017), mostraram a experiência desenvolvida em dois Centros de Atenção Psicossocial, sendo eles, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ambos trabalhos remetem ao corpo performático e à saúde mental enquanto campos da produção de subjetividades. O destaque da discussão é que trouxeram a experiência dos usuários a partir de um recorte estético performático na estratégia de cuidado.

O debate em torno das artes cênicas é profícuo na última década. Colaço et al., (2018) faz uma análise teórico-prática dos grupos criativos da Bahia. Desse modo, outras maneiras na interface arte e saúde, na alternativa de novos contornos de lidar com o mundo usando a linguagem teatral. Berenstein et al. (2019), destaca a construção dos corpos ditos loucos e suas possibilidades de liberdade, autonomia, entre outros. Enquanto Magaldi (2020), discute as políticas públicas relacionadas com o Hotel da Loucura (Rio de Janeiro). Esta experiência corresponde a um projeto de assistência que oferece atividades artísticas para pacientes psiquiátricos internos e externos, verificando assim, articulações entre o psicofarmacológico e as políticas públicas enquanto possibilidades de cuidado ao longo de anos.

No trabalho de Baydoun e Cedaro (2020) é possível encontrar o papel que as artes cênicas podem promover mediante ao cuidado com o sofrimento psíquico, na construção de reformulações para o sujeito. Além disso, Reis (2020), propõe discutir o processo que a dança possibilita enquanto processo de subjetivação em um Centro de Atenção Psicossocial. Neste caso, a dança não é visada por um processo de cura, e sim, promover possibilidades ao sujeito.

Vale destacar que de fato houve um incremento do debate sobre as relações entre Saúde Mental e o campo das Artes Cênicas, sobretudo na segunda década do estudo, conforme ilustração dos dados a seguir:

Tabela 3: Relação de publicação de artigos de acordo com aprovação de leis e portarias.



Fonte: Elaborado por autor.

Vale destacar ainda o aumento de artigos encontrados no recorte temporal de 2017 a 2020. Estes merecem ser entendidos por uma outra lógica, em que remete ao caráter mais macropolítico da vinculação do cenário brasileiro com a ação psicossocial enquanto dispositivo de cuidado.

Desde 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, retrocessos vêm sendo intensificados na luta antimanicomial. Este período tem demarcado a entrada de grupos conservadores no poder, estabelecendo limite de teto de gastos, medida que estabelece perdas significativas para a construção estabelecida/consolidada nas políticas públicas. Em 2017, a portaria de nº 3.588, remete às mudanças institucionais substanciais à política nacional de saúde mental (BRASIL, 2017). De acordo com Sampaio e Bispo (2021):

Tais medidas favorecem a desconfiguração dos princípios organizativos da RAPS, com importantes retrocessos nos avanços alcançados pela RPB, e geram risco de subfinanciamento dos serviços extra-hospitalares e desestímulo ao fechamento dos hospitais psiquiátricos (p.10).

Além disso, em 2018, a resolução n.1 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) configurou novas diretrizes, em que consiste o aumento/incentivo das comunidades terapêuticas para o tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas, no intuito do foco terapêutico ser voltado à abstinência total, e não mais a redução de danos. Vale destacar que estes riscos estão presentes na lógica política conservadora que retoma

o cuidado na centralidade da doença, e não na atenção psicossocial do sujeito. Esta lógica vai contra os princípios da Reforma Psiquiátrica no Brasil, o cuidado ainda é estabelecido, mas concorrendo com vias preconizadas (SAMPAIO, BISPO, 2021).

Em contrapartida a tais movimentos políticos conservadores no Brasil, nota-se o aumento da produção de artigos desde 2017 que trazem a reflexão dos modos psicossociais de construir o cuidado na saúde mental.

O interesse na relação da produção entres as artes cênicas e saúde mental permanece, mesmo diante do quadro social-político precarizado. É entendido, assim, a força deste movimento da presença da cultura nos espaços institucionais da loucura, e que vêm sendo demarcada desde os trabalhos de Osório César e Nise da Silveira, quando tomava-se a proposta da arte enquanto recurso terapêutico (AMARANTE, et al, 2012).

Já os artigos encontrados a partir de palavras chaves, neste período de 2017 a 2020, endereçam a sua produção para relacionar o campo performático aos modos de promover saúde. Desse modo, promover “novas possibilidades para a promoção de processos de vida, criação e expressão, produção de novas imagens, tanto dos/das participantes sobre si [...] e até mesmo novas posições subjetivas diante do que comumente chamamos loucura” (COLAÇO, et al, 2018, p.1).

É possível consolidar um entendimento que traz o processo criativo como possibilidade ao sujeito se reinventar, uma vez que: “[...] coloca em primeiro plano aquilo que pulsa como potência e desconforto, como alegria e desespero, como certeza sem forma, como urgência de recriação da própria vida” (REIS, 2020, p.105).

A possibilidade de reinserção social é uma das características que aparece no ideal de construir alternativas na saúde mental, em que consiste na busca também de autonomia. Todavia, os espaços de cuidado proporcionam diversos modos de cuidar em relação a diferentes paradigmas de saúde mental. Nos artigos visitados, o cuidado se apresentou por uma via em que consiste em explorar interventivamente: na autonomia; na percepção do corpo no espaço; no afeto e nos paradigmas que enfrentam o preconceito enraizado da história da loucura. “É também a partir de uma exposição que a vontade de potência se afirma como possibilidade de arte, como resistência e criação” (REIS, 2020, p.112).

Considerações Finais

Diante de uma primeira aproximação e ensaio no percurso cartográfico e arqueológico, foi possível perspectivar uma pesquisa bibliográfica de forma menos endurecida e burocrática, possível assim movimentar os caminhos em que proporcionaram alcances das experiências marcadas pela trajetória da luta antimanicomial no Brasil.

A leitura dos artigos possibilitou inventariar que, apesar dos impasses provenientes ao movimento político da atualidade, existem movimentos que lutam contra este retrocesso, sobretudo quando os dispositivos do cuidado possibilitam ao sujeito de se reinventar. No cerne da Reforma Psiquiátrica Brasileira, diante a Rede de Atenção Psicossocial constituída, toda produção artística-performática integra-se ao movimento de construir alternativas diante dos limites financeiros que surgem como ataques impostos às políticas públicas.

Desse modo, lidar com o corpo performático no encontro com a loucura vem possibilitando a criação de maneiras para explorar alternativas de se reinventar enquanto espaço de cuidado. Assim, o corpo que se movimenta potencializa experiências da sua história, atravessados por preconceitos enraizados que demarca a história antimanicomial. Desta forma, a partir da criação dramatúrgica, é possível produzir sentidos, percepções, na criação de contornos do não dito.

Vê-se, portanto, o uso das artes cênicas, enquanto expressividade performática, possibilitam aos sujeitos no campo da saúde mental, uma ressignificação do que precisa ser dito, reinventado, transformado.

Referências

AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

AMARANTE, Paulo et al. Da diversidade da loucura à identidade da cultura: o movimento social cultural no campo da reforma psiquiátrica. Caderno Brasileiro. Saúde Mental, V. 4, n.8, 2012, pp.125-132.

AMARANTE, Paulo. Loucura e Transformação Social: Autobiografia da Reforma Psiquiátrica no Brasil. São Paulo: Zagodoni, 2021.

AZEVEDO, Rosemeiry.; RAMOS, Flavia. Arqueologia e Genealogia como opções metodológicas de pesquisa na enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, V. 56, n.3, 2003, pp.288-291.

BARROS, Laura P.; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BAYDOUN, Mahamoud.; CEDARO, José. Do fundo do inconsciente: Promovendo a saúde mental por meio do teatro. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, V. 12, n.32, 2020, pp.106-117.

BERENSTEIN, Renata et al. A apropriação dos espaços da cena contemporânea pelos “corpos loucos”. Anais Simpósios Reflexões Cênicas Contemporâneas, n.4, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei n.º 10216**, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo. Relatório de gestão 2003-2006. Brasília, MS, 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_gestao_saude_mental_2003-2006.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito residencial terapêutico e institui a atividade profissional cuidador em saúde. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 3588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação n.3 e n.6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html

BRASIL, Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. Resolução n.1, de 9 de março de 2018. Define as diretrizes para o realinhamento e fortalecimento da PNAD - Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto 4.345, de 26 de agosto de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, n.49, p.79. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-9-de-marco-de-2018-6285971>

BRITO, Janaina M. **Teatro e Psicanálise: A Tragédia Revisitada**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <
<https://pt.scribd.com/document/274824676/Teatro-e-Psicanalise-A-Tragedia-Revisitada>> Acesso: 15 jun. 2021.

CALICCHIO, Renata. Vinte anos de luta antimanicomial no Brasil - arte e comunicação como estratégia de participação e transformação social no contexto da reforma psiquiátrica. Revista ECO-Pós. V. 10, n.1, 2007.

COLAÇO, Fernanda et al. Em busca de uma poética da Loucura: significados e sentidos presentes na interface arte-saúde. Anais ABRACE, V. 19, n.1, 2018.

DUMOULIÉ, Camille. Antonin Artaud e o teatro da crueldade. Revista Lettres Françaises. V. 1, n.11, 2010

FERNANDES, Ciane. Transgressões em harmonia: contribuições à dança-teatro de Laban. Logos, V. 10, n.1, 2003.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura na idade clássica. 11 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUZZO, Marina S.; SPINK, Mary. Arte, Dança e Políticas(s). Rev Psicologia & Sociedade, V. 27, n.1, 2015, pp.3-12.

LIBERATO, Mariana.; DIMENSTEIN, Magda. Experimentações entre dança e saúde mental. Fractal: Revista de Psicologia, V. 21, n.1, 2009, pp.163-176.

LIMA, Elizabeth M.; PELBART, Peter P. Arte, clínica e loucura: um território em mutação. Rev História, Ciências, Saúde, V. 14, n.3, 2007, pp. 709-735.

MAGALDI, Felipe. O Hotel da Loucura: etnografia de uma política pública de saúde mental no município do Rio de Janeiro. Anuário Antropológico, V. 45, n.2, 2020, pp.109-125.

PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, Peter P. O Teatro da Loucura. Revista Poliética, V. 1, n.1, 2013, pp.119-129.

PITTA, Ana M.; GULJOR, Ana P. A violência da contrarreforma psiquiátrica no Brasil: um ataque à democracia em tempos de luta pelos direitos humanos e justiça social. Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades, n.246, 2019, pp.6-14.

REIS, Bruna.; LIBERMAN, Flávia.; CARVALHO, Sérgio. Das inquietações ao movimento: um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a clínica e um dança. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, V. 22, n.64, 2018, pp.275-284.

REIS, Bruna. Sobre processos de pesquisa como criação e cuidado de si ou sobre um processo de pesquisa entre arte e clínica*. Revista de Psicologia da UNESP, V. 19, n.1, 2020, pp.102-114.

SAMPAIO, Mariá.; BISPO JÚNIOR, José. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, V. 19, 2021.

SANDER, Jardel. Experimentações Teatro e Loucura: Por uma outra Forma de Relação. Revista Interinstitucional de Psicologia, V. 1, n.2, 2008, pp.164-171.

SANTOS, Érika.; JOCA, Emanuella.; SOUZA, Ângela. Teatro do oprimido em saúde mental: participação social com arte. Revista Interface, V. 20, n.58, 2016, pp.637-47.

SERAPIONI, Mauro. Franco Basaglia: Biografia de um revolucionário. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, V. 26, n.4, pp.1169-1187.

VERZTMAN, Julio. De corpos e de santos: saúde mental, clínica e arte em uma videoinstalação. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. V. 20, n.1, 2017, pp.81-96.

VALERIM, Soraya. Arte – da fantasia ao real. **Opção Lacaniana online nova série**. V. 2. n.4. 2011.